

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA INFORMAÇÃO
BACHARELADO EM ARQUEOLOGIA

Felipe Benites Tramasoli

Do que diabos estamos falando?

Considerações sobre o termo “Arqueologia Industrial” na literatura acadêmica brasileira
(2003-2011).

Rio Grande - RS

2012

FELIPE BENITES TRAMASOLI

DO QUE DIABOS ESTAMOS FALANDO? CONSIDERAÇÕES SOBRE O TERMO
“ARQUEOLOGIA INDUSTRIAL” NA LITERATURA ACADÊMICA BRASILEIRA
(2003-2011).

Monografia apresentada ao curso de
Bacharelado em Arqueologia pela
Universidade Federal do Rio Grande,
como requisito parcial para a obtenção
do título do Grau de Bacharel em
Arqueologia.

Orientadora: Prof. Dra. BEATRIZ VALLADÃO THIESEN

Rio Grande – RS

2012

Aos meus pais...

Agradecimentos

Antes de mais nada, impossível não agradecer aos meus pais, Altamiro e Luciane, por, simplesmente, existirem.

Ainda, aos meus irmãos, Fábio e Raquel, pelas brigas e pela amizade.

Aos meus cunhados, Ândria e Marcelo.

Agradeço à Duquesa, ao Floquinho, à Mimi, ao Luke, à Sofia e à Celes pelos arranhões, babas, pulgas e amor incondicional.

Agradeço ainda à Raissa, não pela paciência, mas pelo amor que não falta.

Aos meus amigos, em especial: Diego, Guilherme, Patrick, Conrado, Felipe, Tiago, Paula e Carolina.

Aos meus amigos, futuros Bacharéis em Arqueologia: Ágatha, Aléxis, Danielle, Dany, João, Luiz Eduardo, Luiz Alberto, Maritza, Nilce, Ronaldo e Sara.

Aos meus professores, em especial à minha orientadora, Profa. Beatriz Thiesen.

Agradeço, ainda, a todos aqueles, conhecidos e incógnitos, que ignoraram aquele aviso sobre a reprodução não autorizada das publicações, no todo ou em parte, constituir violação de direitos autorais, pois, sem eles, eu não teria acesso à metade da bibliografia presente aqui, logo, esta monografia não existiria e, com certeza, sem estas pessoas, minha formação não seria a mesma.

Sumário

Agradecimentos	iv
Resumo	vi
Abstract	vii
Introdução ou A Arqueologia da Crise	1
1. Capítulo um: “Arqueologia Industrial”, uma biografia	6
1.1. Preservar para perseverar	6
1.2. A “Arqueologia Industrial” entre dois contextos	9
1.3. Enquanto isso, no Brasil... ..	15
2. Capítulo dois: O espectro da “Arqueologia Industrial”	19
2.1. O termo “Arqueologia Industrial” na literatura acadêmica brasileira (2003-2011) ..	20
2.2. Do que diabos estamos falando?	26
2.2.1. Plunct-plact-zum: o arqueólogo e o patrimônio	30
2.2.2. O fetiche é o monstro	32
Questões sobre o espectro ou As minhas Considerações Finais	35
Referências bibliográficas	37

Resumo

A Arqueologia apresenta cada vez mais diferentes manifestações, diferentes subdisciplinas, diferentes enfoques. O “como dizer” é livre, mas é notório que a disciplina se desmembrou de tal forma que há quem diga que estamos em crise. Partindo do pressuposto de que, sim, precisamos de terapia, esta monografia de conclusão de curso apresenta algumas considerações acerca da concepção do termo “Arqueologia Industrial”, por parte da academia brasileira, discriminando dois fazeres com propósitos distintos tomados pela mesma alcunha. Um, de caráter estritamente político, fortemente ligado aos processos de patrimonialização e outro de cunho interpretativo, que se insere nas discussões pertinentes à Arqueologia, voltado para as questões que envolvam o fenômeno da Industrialização.

Palavras-chave: Arqueologia, Arqueologia Industrial, Patrimônio, Industrialização, Crise.

Abstract

Archaeology has increasingly different manifestations, different subdisciplines, different approaches. The way we choose to say it is free, but it is clear that the discipline has been divided so that some say that we are in crisis. Assuming that, yes, we need therapy, this monograph presents some considerations concerning the understanding of the term "Industrial Archaeology" by the Brazilian academy acknowledging doings with two distinct purposes taken by the same label. One, a strictly political, strongly linked to the heritage processes and other interpretative, which falls in discussions pertaining to Archeology, focused on issues involving the phenomenon of industrialization.

Key-words: Archaeology; Industrial Archaeology; Heritage; Industrialization; Crisis.

Introdução ou A Arqueologia da crise

Esta monografia de conclusão de curso surgiu ao longo dos quatro anos e três meses de graduação. Não é mero produto da necessidade de elaborar um trabalho com o intuito de obter uma aprovação final no curso de Bacharelado em Arqueologia da Universidade Federal do Rio Grande. É, antes de mais nada, uma síntese dessa trajetória. Síntese dos anseios, das frustrações, das expectativas, das decepções.

Minha monografia é minha contribuição para o caos que é a Arqueologia quando se apresenta àqueles que pretendem adentrá-la. Meu objetivo é, assim como um mero leitor, que ao ler o melhor romance de sua vida, sente aquela corrente catártica revolvê-lo em movimentos suaves, mas cuja abrasão soltam-lhe as correntes, encontrar outros perdidos como eu que possam começar a se encontrar.

Por isso, não quero passar a ideia de me ver como um Messias, que chega de chapéu e chicote revelando a todos as verdades do nosso pequeno mundo arqueológico. Antes disso, tenho, sim, a pretensão de chegar à janela embaçada e, com a manga da minha camiseta, desembaçar o suficiente pros meus olhos conseguirem enxergar o que há lá fora. Não há nada de absurdo em ver as coisas deste modo, pois, como dizem Bruneau e Balut¹, para os arqueólogos, “seria já uma sã curiosidade esclarecer suas ideias sobre a disciplina que os ocupa diariamente” (1997, p.35). E é assim que começo a tecer o emaranhado de orações.

Parece que a produção acadêmica, no campo da Arqueologia, evita discutir e/ou justificar as suas predileções teóricas, ao menos explicitamente. Na grande maioria das pesquisas em âmbito nacional, conforme Reis, “fica claro que o que ocorre [...] pode ser um proposital velamento, reforçador de descritivismos e dados empíricos, em detrimento de um assumir teórico e conceitualmente explícito”(2004, p.16). Um fenômeno não tão diferente parece ocorrer em âmbito internacional, como alerta Huffman (2004, p.66), ao dizer que a maioria dos arqueólogos não está interessada nas bases teóricas da disciplina.

O aparente velamento ou, até mesmo, desinteresse pelos propósitos da Arqueologia pode repousar em algumas concepções primordiais da disciplina que se tornaram dogmas, sendo, o maior deles, a escavação. Atribuir valor de algo à sua

¹ Este texto foi traduzido do francês pelo Prof. Dr. Martial Pouguet e revisado pela Prof. Dra. Beatriz Thiesen. Todos os demais textos em língua estrangeira foram livremente traduzidos por mim.

prática característica não é um evento propriamente inovador. Tal movimento não passa de uma relação *pars pro toto*² entre, no caso, uma prática – escavar – e uma disciplina – a Arqueologia. A questão é que estas relações não são caracterizantes do todo ou, ao menos, do essencial da coisa. No entanto, referências a essa relação são recorrentes:

Tanto a egiptologia como a assiriologia dependiam da arqueologia [...] uma vez que a grande maioria dos textos estudados por assiriólogos e egiptólogos tinham de ser **encontrados em escavações**. [...] muito embora a pesquisa da história da arte continuasse dependente de registros escritos para o ordenamento cronológico de seus dados, a extensão deste método a períodos mais recuados tornou um número cada vez maior de arqueólogos conscientes de quanto os objetos **resgatados arqueologicamente** são fundamentais como fonte de informação a respeito das realizações humanas. (Trigger, 2011, p. 40) (grifo meu)

Esta concepção limitada de que escavar é fazer Arqueologia e de que fazer Arqueologia é escavar acentua-se se considerarmos nosso relacionamento com a História (Bruneau e Balut, 1997).

Ainda, dentro deste espectro da escavação, outras formas de “arqueologicidade” se manifestam, todas associadas a ela: a cerâmica e o lítico, por exemplo. Típicos frutos das intervenções em subsuperfície, o trabalho em achar e analisá-los, por extensão à escavação, define também o fazer arqueológico. Pensando assim, não passaríamos de catadores de coisas enterradas.

Embora esta ideia de atrelar a Arqueologia à condição em que o material se encontra – enterrado – e à atividade de resgatá-lo – escavar – seja bem antiga, em pleno século XXI, colegas ainda fazem uso desse discurso para legitimar seu trabalho em detrimento dos não tão “tradicionais”. Às vezes, parece prudente, aos últimos, levar caminhões de terra ao local que desejam estudar só para desenterrá-lo mais tarde.

Mas a Arqueologia não viveu eternamente nesta “obscuridade” epistemológica. Houve tempos de muita efervecência, onde os arqueólogos só faltavam ter as carteirinhas de fã-clube das correntes de pensamento que permeavam a área. Mas, atualmente, o debate “[a]rrefeceu. Não sei se por exaustão, descaso, desinteresse” (Reis, 2004, p.113).

Entretanto, na primeira metade do século XX, evidenciava-se que os arqueólogos precisavam tomar consciência das implicações de seu ofício:

Já em 1939, Kluckhohn alertava que o desenvolvimento e eficácia da Arqueologia estavam essencialmente ligados ao reconhecimento e

² A sinédoque é um tipo específico de metonímia caracterizada pela atribuição da parte pelo todo (*pars pro toto*) ou vice-versa.

responsabilidade dos pesquisadores para com as dimensões teóricas de sua práticas. Sobre isto dizia que: "A alternativa não é entre teoria e não teoria ou um mínimo de teoria, mas entre adequadas ou inadequadas teorias. Ainda mais importante, entre teorias, postulados e proposições os quais eles [pesquisadores] estão conscientes e, por conseqüências, prestam-se a um sistemático criticismo sobre teorias e suas premissas que não tinham sequer sido examinadas por seus formuladores". (Reis, 2004, p. 113-114)

E, de fato, o apelo de Kluckhohn parece ter sido ouvido pela comunidade arqueológica. Embora possamos remeter à primeira metade do século XIX um caráter científico à arqueologia (Trigger, 2011, p. 71), os grandes debates teóricos se deram a partir da conjuntura da Nova Arqueologia. A crítica ferrenha ao histórico-culturalismo, assim como a busca por metodologias mais "científicas" foram as principais características da corrente (Ibid., p.308). Ademais, a Nova Arqueologia, ou Processualismo, fomentou o debate como um todo, culminando, anos mais tarde, numa onda de correntes de pensamento divergentes, com influência das mais variadas áreas do conhecimento, que, por fazer oposição a ela, foram cunhadas de Pós-Processualistas.

De origem antropológica, a Nova Arqueologia e, de origem historicista, o Pós-Processualismo acabaram por polarizar o pensamento arqueológico ao longo do século XX. Este cenário gerou uma série de discussões infrutíferas quanto à natureza da arqueologia, "para alguns historiadores e antropólogos, ela seria uma ciência auxiliar, enquanto que para outros pesquisadores, entre eles os arqueólogos, ela seria uma ciência autônoma" (Kern, 1999).

Embora ainda presente, julgo esta disputa extremamente desnecessária, pois, como afirma Lima, "[t]anto a antropologia tem uma dimensão histórica, quanto a história tem uma dimensão antropológica, e a arqueologia deve transitar na interseção entre elas" (2002a, p.11-12). Contudo, esta efervescência trouxe consigo uma série de novas manifestações da disciplina.

Hoje, é comum ouvirmos falar em, por exemplo, Arqueologia Histórica, Subaquática, Urbana, da Repressão, de Assentamentos, Arqueobotânica, Bioarqueologia, e, claro, Industrial:

Buscaram recentemente os arqueólogos novas áreas de investigação e a solução de problemas científicos antes pouco valorizados, muitas vezes às margens dos temas anteriormente considerados como importantes. Passamos nós então a fazer referência a diversas arqueologias: a da paisagem, a simbólica, a rural, a urbana, a subaquática, a etnoarqueologia, a zooarqueologia, etc. (Kern, 1999)

No entanto, esta grande variedade de especializações acabaram por fragmentar demais a disciplina, sendo plausível pensar que, ao menos no Brasil, encontramos mais arqueologias do que arqueólogos. E as justificativas para sua fragmentação, muitas vezes, se baseiam apenas em um objeto específico (delimitado no tempo e/ou no espaço), bem como às condições de observação do mesmo, de ordem prática, reiterando aquela velha máxima que justifica a escavação enquanto elemento caracterizador da Arqueologia. E, como nos disse Kern (1999), “tamanho diversidade dispersou seus objetivos, logo, há uma tendência a obscurecer sua definição”.

A par de um enriquecimento muito sensível, pela ampliação de problemas, informação, enfoques, etc., estas especializações recentes da Arqueologia trouxeram, também, alguma carga negativa. De um lado, sua tendência altamente monográfica provocou uma indisfarçável fragmentação na visão da sociedade a que deveriam referir-se. Esta compartimentação, aliás, corresponde mais a critérios acadêmicos e a tendência corporativas na organização da pesquisa científica e, no limite, a condições de ordem prática, do que a algum fundamento epistemológico. (Menezes, 1983, p.223)

Justamente por essa falta de uma base epistemológica, grande parte destes ramos novos da Arqueologia passaram a fundamentar-se no objeto específico de seu estudo enquanto elemento identificador e delineador da sua área. Ou, conforme Menezes simplifica, “após todo um esforço para postular como objetivo da Arqueologia o estudo de sistemas *sócio-culturais*, recuperados por via do estudo de seus traços materiais, novamente o *artefato* assumia a primazia” (*ibid.*).

No caso específico da dita Arqueologia Histórica e, conseqüentemente, de suas derivações, de acordo com Lima, “[a] forte penetração e perduração da versão mais empobrecida do histórico culturalismo na arqueologia brasileira foi [...] responsável não só pelo seu caráter pontual, empiricista, descritivo, classificatório e biográfico” (2002a, p.8).

Mais especificamente, no tocante a Arqueologia Industrial, o panorama esboçado acima parece se expressar de maneira bem didática. A área apresenta dois aspectos bem distintos, um representado pelos trabalhos que visam interpretações sobre este passado recente e outro representado pela ânsia em registrar e em preservar os remanescentes de fábricas, moinhos e outros estabelecimentos onde se exercia a atividade Fabril. No entanto, há uma discrepância muito grande, tanto no número de trabalhos, como na qualidade dos mesmo, como Menezes anuncia: “[...] os trabalhos publicados, enquanto resultado científico, na sua maioria são medíocres ou circunstanciais. [...] alguns frutos são inegáveis, como, por exemplo, nos campos da

documentação e da política de preservação e gestão de patrimônio cultural” (1983, p.225).

E, assim, minha monografia se desenha. Aqui, em suma, ela discorrerá criticamente sobre a produção acadêmica brasileira na última década que faz uso deste termo tão medonho que é “Arqueologia Industrial”. Inserindo esta produção num contexto maior, este trabalho versará sobre as atribuições, bem como, sobre a coerência interna da área como um todo, alinhando-se à discussão que vem acontecendo em âmbito internacional.

Optei por dividir este trabalho em dois capítulos, sendo o primeiro encarregado de contextualizar o leitor acerca do termo, desde sua origem, até o contexto de sua aplicação, tanto em âmbito global, quanto nacional. Já, o segundo capítulo esbarrega-se, basicamente, do que proponho explorar aqui. Começo apresentando uma síntese do entendimento do termo pela literatura acadêmica entre os anos de 2003 e 2011, quando, então, sigo para algumas reflexões acerca destes entendimentos e demais aspectos pertinentes à prática da Arqueologia Industrial.

1. Capítulo um: “Arqueologia Industrial”, uma biografia³

O surgimento da Arqueologia Industrial gerou um acentuamento das discussões sobre o caráter da Arqueologia no aspecto geral, por designar-se a um período muito próximo ao presente. Com o intuito de construir seus antecedentes, aqui, leitor, dedique-me-ei a traçar um breve histórico do termo ao longo dos anos, compreendendo sua origem até seu contexto atual.

1.1. Preservar para perseverar

Subdisciplina que desenvolveu-se na arqueologia em meados do século XX para investigar a evidência tangível do desenvolvimento social, econômico e tecnológico da era industrial. (Shaw e Jameson, 1999, p.304)

A Arqueologia Industrial nasceu com a preocupação de registrar e preservar nosso patrimônio industrial. Tanto na Grã-Bretanha quanto nos EUA, o rápido desenvolvimento na segunda metade do século XX desencadeou a perda de muitos sítios industriais. (Orser Jr, 2002, p.286-287)

Embora existam registros de que o termo “Arqueologia Industrial” nos remeta aos fins do século XIX (Fonseca, 2007, p.22; Vilar, 2007, p.20; Pozzer, 2007, p.220; Vichnewski, 2004, p.21; Fonseca e Vilar, 2011, p.27), parece-nos pertinente assumir que sua consolidação se deu somente a partir da década de 1950, na Inglaterra. Praticada, primeiramente, no contexto de educação continuada para adultos (Martin, 2009, p.286), a Arqueologia Industrial tem em Michael Rix, historiador, um de seus formadores, quando apontava a importância dos vestígios físicos enquanto testemunho da industrialização:

A Grã-Bretanha, enquanto local de nascimento da Revolução Industrial, está repleta de monumentos deixados por essas séries de eventos memoráveis. Qualquer outro país teria criado mecanismos para a programação e para a preservação desses monumentos que simbolizam o movimento que está mudando a face do globo, mas nós estamos tão esquecidos do nosso patrimônio nacional que, excetuando algumas poucas peças de museu, a maioria destas paisagens são negligenciadas ou involuntariamente destruídas (Rix *apud* Palmer e Neaverson, 1998, p.1).

³ Aqui, entendido como a trajetória da construção do termo ao longo de sua existência.

A razão pela qual a valoração destes testemunhos urge neste período específico pode ser entendida a partir de dois aspectos distintos e complementares. Em primeiro lugar, a destruição a qual Rix refere-se acima, trata-se, em grande parte, do estado no qual a Europa encontrava-se após as duas guerras mundiais (Shaw e Jameson, 1999, p.305). Com as paisagens destruídas e/ou sucumbindo à destruição, um testemunho muito importante se perdia, que remetia a uma época áurea, no caso, o segundo aspecto.

Tida como berço da Revolução Industrial – provavelmente o evento mais impactante dos últimos séculos no globo terrestre – e grande potência que era – a Inglaterra vê sua influência esvair-se como nos aponta Schwanitz: “[c]om o fim da Segunda Guerra Mundial também termina o domínio da Europa sobre o globo. Duas potências dividem o legado: os Estados Unidos da América e a União Soviética” (2009, p.172).

Talvez, por isso, a prática da Arqueologia Industrial tenha sido (quase que exclusivamente) fundamentada na documentação, registro e possível salvaguarda de testemunhos que vinculavam a Inglaterra à origem do capitalismo industrial. Prática, essa, compreensível dado o seu contexto, não apenas pela quantidade de vestígios materiais e de dados históricos, como apontado por Nevell (2005, p.177), mas também pela adoção de uma política de valorização do patrimônio industrial, tanto por órgãos governamentais, quanto por sociedades civis britânicas.

Dentre os exemplos, está a constituição do Comitê de Pesquisa em Arqueologia Industrial (Industrial Archaeology Research Committee), de 1958; a Sociedade de Arqueologia Industrial de Bristol (Bristol Industrial Archaeological Society – BIAS); que levou à criação da Associação de Arqueologia Industrial (Association for Industrial Archaeology – AIA), em 1973, talvez a organização mais importante, como nos diz Martin:

A AIA [...] é formada por um grupo de associações e indivíduos afiliados, incluindo muitos membros de organizações regionais e temáticas que tem suas preocupações primárias relativas a seus interesses específicos, mas que se unem acerca de um tema comum da conservação patrimonial. Muitos cidadãos do Reino Unido são intensamente orgulhosos do papel de sua nação em promover (ou fundar) a industrialização global, e expressam este orgulho de várias formas, incluindo a vasta gama de organizações entusiastas que fazem parte da AIA. Durante a década de 1960, este orgulho serviu para galvanizar a atenção em direção aos vestígios físicos da industrialização na forma de batalhas de preservação para salvar os amados monumentos, como a estação de trem Euston, demolida em 1962. (2009, p.286)

Entretanto, tamanho impacto e força que este movimento preservacionista alcançou na Inglaterra “foi contrabalanceado por uma, virtualmente, completa falha de garantir a aceitação do tema enquanto uma disciplina nas universidades britânicas [...]” (Buchman, 1989, p.16). Sendo que, quando há uma tentativa de abordagem por parte da academia, esta encontra-se intimamente ligada à história inglesa ou, então, à história da tecnologia, aparentemente, negligenciando o aspecto arqueológico ou pondo-se a parte das discussões contemporâneas (Martin, 2009, p.286).

Este afastamento da Arqueologia e esta aproximação, principalmente, da história da tecnologia acabou por reforçar o descritivismo e perpetuar uma fixação nos objetos e nas estruturas, culminando, obviamente, em uma ínfima preocupação interpretativa (Orser Jr., 2002, p.288).

No entanto, apontam-nos Shaw e Jameson, que

Nas décadas de 1980 e 1990, várias tentativas foram feitas para além da antiga preocupação em registrar e preservar os monumentos do período industrial e começar a considerar como o estudo destes podem contribuir para o entendimento da sociedade abarcada por este período. (1999, p.305)

Sendo assim, a Arqueologia Industrial, então, começava a demonstrar uma maior preocupação para com a questão da interpretação desta materialidade. Isto se dá, justamente, quando, no grande plano, surgiam na Arqueologia diversas correntes de pensamento que refutavam as predições positivistas e exaltavam o caráter interpretativo da disciplina (Trigger, 2011, p.333).

Desta forma, é pertinente pensar que, ao contrário da ocasião de sua constituição, a Arqueologia Industrial aproxima-se dos grandes debates na Arqueologia nos fins do século XX e volta-se, em parte, para a busca de versões sobre um passado recente. Esta aproximação acaba por gerar duas perspectivas, ou duas formas de fazer uma Arqueologia Industrial:

A arqueologia industrial, como praticada na Bretanha desde a década de 1950, não é uma disciplina homogênea, mas possui dois sentidos diferentes. Em uma mão, como qualquer outra forma de arqueologia, é a interpretação da evidência física sobrevivente, buscando o entendimento da atividade passada humana [...] Noutra, a arqueologia industrial é reconhecida como um movimento de preservação preocupado em garantir a sobrevivência de uma proporção significativa de monumentos industriais do passado. Esse segundo papel talvez seja melhor descrito como "indústria patrimonial" como é, por exemplo, na Escandinávia (ver Westin, 2001), mas na Bretanha os termos patrimônio industrial e arqueologia industrial são comumente tidos como sinônimos. Nas décadas de 1950 e de 1960, isto não importava, mas no clima mais profissional e institucionalizado das últimas duas décadas, a distinção entre os dois sentidos tornou-se crucial para a aceitação da arqueologia industrial enquanto uma disciplina acadêmica. (Palmer, 2005, p.54)

A partir disto, convencionou-se que a Arqueologia Industrial, na forma como se apresenta hoje, promove dois tipos de atividades. A primeira delas seria a mais “tradicional”, com aspecto arquivístico, ou seja, que demonstra uma preocupação em registrar os dados, integralmente, de instalações que remetam à industrialização. Tendo como resultado a preservação seletiva destes e manifestando uma maior aproximação à história da tecnologia. À segunda, caberia, então, a tarefa de interpretar estes mesmos dados a partir de seus contextos históricos, alinhando-se aos debates mais recentes que tomam a Arqueologia.

Com o crescente número de arqueólogos preocupando-se em dar ênfase ao caráter interpretativo dos estudos em Arqueologia Industrial, o contraste entre as duas práticas – a “acadêmica” e a “patrimonial” – amplia-se mais e mais. Reflexo disso seriam as discussões, que começam a surgir com mais intensidade, quanto às práticas da área, bem quanto à posição da Arqueologia Industrial no cenário mais englobante.

A literatura da arqueologia histórica em inglês não está repleta de exemplos do estudo da indústria, sítios industriais, tecnologias industriais, sociedades industriais, ou mesmo do processo de industrialização. A arqueologia da indústria não foi um tema central dos arqueólogos históricos ao longo das quatro décadas de desenvolvimento do campo, mas, recentemente, está atraindo uma crescente atenção e interesse. Enquanto outros estudiosos acharam na indústria um fértil campo de estudo, os arqueólogos mais notáveis voltaram-se para ela vagarosamente. Qualquer leitor pode examinar os produtos da Society for Historical Archaeology para avaliar esta questão, no contexto estado-unidense, ou para as publicações da Society for Post-Medieval Archaeology (SPMA) para insights acerca da situação no Reino Unido. (Martin, 2009, p.285)

1.2. A “Arqueologia Industrial” entre dois contextos.

O relato de Martin, acima, além de nos evidenciar a crescente atenção que os arqueólogos começam a dar para a Arqueologia Industrial, nos traz um elemento fundamental para entendermos a atual crise que se instala nesta perspectiva que desponta: a polarização dos estudos em Arqueologia no que concerne aos fenômenos sociais mais recentes. No que tange a uma abordagem arqueológica dos períodos mais recentes da história humana, existem duas perspectivas que estão em voga atualmente. A primeira delas seria a perspectiva de uma Arqueologia Pós-Medieval, fortemente difusa no contexto europeu; a segunda, a ideia de uma Arqueologia Histórica, de origem estado-unidense.

O estudo de um período recente, no contexto britânico, aparenta ter se estabelecido de maneira mais concisa a partir da fundação da Society for Post-Medieval Archaeology (Sociedade de Arqueologia Pós-Medieval - SPMA), em 1966. Com os estudos voltados, principalmente, para os traços físicos de cerâmicas, os arqueólogos constataram uma modificação sensível nessas, como nos diz Gaimster, “[n]a esfera doméstica, o período após 1450 é caracterizado não apenas pela nova e crescente multiplicidade de produtos, mas pela multidimensionalidade de forma, de materiais e de tratamentos decorativos” (2009, p.528).

Estas modificações levaram os arqueólogos a estabelecê-las enquanto marcadores cronológicos do fim do medieval/início da era moderna. Aqui, cabe destacar que a razão pela qual as os traços físicos das cerâmicas são fatores determinante para o marco de um novo período dá-se em função da Society for Post-Medieval Archaeology derivar da Post-Medieval Ceramic Research Group, fundada três anos antes (Egan 2009, p.549), além da cerâmica representar o artefato recuperado em maior quantidade nas escavações dos sítios deste período (*ibid.*, p.251-252).

Isto explica por que, ao menos nas primeiras décadas, as revistas especializadas em Arqueologia Pós-Medieval voltam-se demasiadamente à cerâmica, tendo em segundo plano o estudo de outros artefatos, como é o caso do vidro; do charuto de barro, o artefato estudado com maior intensidade no período; dos metais, em seus mais diversos aspectos, como acessórios, brinquedos infantis, talheres, panelas; e dos couros e têxteis, que, embora muito perecíveis, possuem uma bibliografia considerável. (*ibid.*, p.553-554).

Nesta lógica, onde a Arqueologia ramificou-se em razão do estudo da materialidade de um notório período histórico, e, por consequência, enfatiza-se o estudo nos objetos, a Arqueologia Industrial é entendida por Egan como “[o] estudo da produção – um sentido amplo e simples do termo arqueologia industrial”, onde, de acordo com o autor, trata-se de “um tema muito importante e óbvio desde a primeira edição do periódico *Post-Medieval Archaeology*, no qual os primeiros dois artigos tratam, respectivamente, da manufatura de cerâmica e de vidro”, concluindo que “[s]ítios de manufatura e outras evidências dos processos de produção continuam representando parte significativa de estudos pós-medievais, como cada edição deste periódico demonstra” (*ibid.*, p.554).

Deste foco na evidência de produção, surge, em 1973, a Association for Industrial Archaeology, que tem como lapso temporal os anos entre a década de 1750 e de 1950 (*ibid.*). A formação de uma sociedade com este interesse específico e a construção desde escopo temporal acaba por criar um descompasso entre as duas áreas, que acabaria se manifestando mais tarde.

Neste panorama, a questão de uma Arqueologia Industrial tem gerado, nos últimos anos, a promoção de uma série de ideias por parte de alguns arqueólogos de que esta abordaria um período cronológico distinto, mas contido na Arqueologia Pós-Medieval, em vista da ênfase em aspectos como condições de vida e outros aspectos sociais (*ibid.*, p.550). Embora não exista consenso quanto a uma data para o fim deste último, ou mesmo se há uma, aparentemente, a comunidade britânica entende que os eventos promovidos pela Inglaterra em meados século XVIII caracterizam um marco importante na história da humanidade e para a própria arqueologia, pois “seu impacto social, econômico e demográfico em termos de crescimento populacional, a realocação de comunidades inteiras, aumentando a polarização de classes, e o desenvolvimento de uma economia colonial internacional foram decisivos para a criação de um novo inventário material” (Gaimster 2009, p.529).

O caso é que esta perspectiva, nestes termos, é pertinente apenas para o caso inglês, como nos alerta Gaimster, pois “[...] aparentam ser extremamente anglocêntricos. A cronologia da Revolução Industrial Britânica é única na Europa. A Bretanha tornou-se uma nação industrial em termos de produção e consumo por volta de cem anos antes de muitas de suas contrapartes continentais” (*ibid.*).

Com preocupação semelhante, arqueólogos estado-unidenses propuseram a noção de uma Arqueologia Histórica para o Novo Mundo, mais especificamente, para os Estados Unidos, que difere da entendida pelos europeus – a saber, enquanto a Arqueologia de todos os 2.000 anos passados ou como “um jeito conveniente para uma abordagem metodológica, majoritariamente no contexto de sítios ou objetos multiperíodos (medieval ao moderno remoto), ou [...] ao estudo de sociedades letradas pós-classicas” (*ibid.*, p.526).

O campo da Arqueologia Histórica começou a se desenhar durante a década de 1960, nos Estados Unidos, em função de sua crescente institucionalização, assim como o

aumento de escavações em sítios de forte caráter associativo à história do país⁴. Muitas destas primeiras pesquisas tiveram como foco o aspecto físico das edificações, como nos aponta Orser Jr.:

Em muitos casos, os achados recuperados pelos arqueólogos providenciavam informação apenas sobre a dimensão das construções e o tamanho de suas fundações, as datas e sequências das reformas, e a localização precisa de jardins e anexos. [...] Um problema durante este período, entretanto, era que os arqueólogos raramente tentavam [...] ir além do colecionismo de detalhes arquiteturais. (2002, p.304)

No entanto, talvez o fato mais notório pertinente à composição de uma Arqueologia Histórica, como concebida nos Estados Unidos, tenha sido a grande influência que ela vai receber da Antropologia, principalmente, devido ao desenvolvimento da Nova Arqueologia:

Embora os arqueólogos históricos pudessem, e fizeram, estudar pessoas famosas e lugares notáveis, além de recuperar detalhes arquiteturais após a década de 1960, eles, contudo, começaram a desempenhar um papel maior numa arqueologia antropológica, particularmente nos EUA e crescentemente em outros lugares. Trabalhos como os de James Deetz, sobre o papel da arqueologia no estudo do parentesco dos Nativos Americanos (Arikara) no centro dos EUA [...] e a investigação de James Allen sobre o colonialismo na Austrália demonstraram a promessa desta nova forma de arqueologia histórica. (*Ibid.*, p.304-305)

A possibilidade de a Arqueologia fugir às rédeas da História e construir uma relação mais próxima com a Antropologia, acabou por abrir os horizontes daqueles que a praticavam. Com um enfoque maior no próprio indivíduo, muitos arqueólogos viram surgir diante de si infinitas possibilidades de estudo, em virtude da possibilidade que se apresenta, deslocar esta Arqueologia da história escrita sobre os homens para uma Arqueologia dos próprios homens. Ou, nas palavras de Orser Jr:

[...] muitos deles [arqueólogos] perceberam que a arqueologia histórica providenciava uma maneira perfeita para estudar as vidas dos homens e das mulheres que foram largamente esquecidos na história, ou que tenham sido postos de lado enquanto observadores históricos insignificantes. Enquanto que os arqueólogos históricos mais antigos concentravam seus esforços em nomes famosos do passado, esta nova leva de arqueólogos estava mais interessada em aprender sobre esses milhares de homens e mulheres que labutaram, geralmente em desespero, para construir as cidades, os canais e a riqueza para os outros. (*Ibid.*, p.304)

⁴ A constituição deste ramo da Arqueologia acaba por consolidar uma dicotomia muito difusa na Arqueologia do Novo Mundo, a de uma Arqueologia Pré-Histórica – pré-contato com os europeus – e de uma Arqueologia Histórica – pós-contato. A primeira estaria muito atrelada aos estudos etnográficos, enquanto a segunda estaria associada aos documentos históricos.

No entanto, este movimento na Arqueologia Histórica estado-unidense tinha como foco, justamente, o contexto específico dos Estados Unidos . A exemplo do caso europeu, onde a referência para os períodos mais recentes é o Medieval, nos Estados Unidos, os estudos de Arqueologia Histórica voltam-se para as particularidades de seu próprio contexto. Johnson nos alerta para este estado em que a Arqueologia como um todo parece encontrar-se no que tange às discussões relativas aos níveis mais básicos do entendimento da disciplina:

Muitos de nós trabalharam para trazer uma perspectiva mais abrangente às nossas especialidades particularistas por muito tempo para saber que uma fragmentação desenfreada como esta, se não teorizada adequadamente, corre um risco real de degenerar-se em um novo particularismo ateuístico justo como os baluartes em ruínas da velha ordem que foram invadidos; a derrota está prestes a ser arrancadas das garras da vitória. Isto deve ser evitado a todo custo. (1999, p.30-31)

E, ainda, esse se mostra, de certa forma, satisfeito ao perceber que estas preocupações não afligem apenas a Arqueologia, mas as ciências sociais como um todo:

“[...] este impasse na teoria, entre a necessidade notória de responder a preocupações globais e a necessidade perceptível de reinscrever o particular, é um traço central no pensamento dentro das ciências sociais como um todo. A teoria da globalização, por exemplo, está lutando com o paradoxo da crescente integração de contextos locais diferentes ao redor do mundo e, ao mesmo tempo, com a criação deliberada de subculturas. a teoria feminista e pós-colonial também lida com essa tensão, com muito debate sobre os possíveis perigos da criação de um novo essencialismo ('mulher', o 'oprimido colonial'). O fato de que outros compartilham muitos dos mesmos problemas conceituais, entretanto, mais aguça do que esgota a necessidade de avaliação auto-crítica do caminho a seguir. (*Ibid.*, p.31)

Certamente, dentre as perspectivas que tem surgido com o intuito de estabelecer uma coerência entre as abordagens arqueológicas no mundo inteiro, as que manifestam o maior impacto no pensamento arqueológico são aquelas que focam na expansão européia. E tem como principais desmembramentos “[...] os mecanismos de dominação e resistência envolvidos, e as formas políticas e econômicas que foram geradas, em particular, a disseminação do capitalismo (e.g. Leone e Potter 1988: 19; Johnson 1996; Orser 1996a, 1996b, 1996c)” (Funari, Hall e Jones, 1999, p.2-3).

Não há consenso entre os arqueólogos sobre qual abordagem melhor satisfaz as necessidades impostas pelos diferentes contextos, nesta tentativa de estabelecer um enfoque – ao menos em sua matriz – comum a todas as realidades. E este exercício crítico sobre a situação da disciplina acabou por se estender a outros campos que, a princípio, estariam inseridos neste novo panorama:

Muitos adotariam o argumento de Charles Orser de uma "arqueologia da Era Moderna" (Orser, 1996), e esse caminho intelectual parece promissor para a Arqueologia Industrial. Nós residimos num período distinto caracterizado pela absorção rápida, global e sem precedentes de *todas* sociedades humanas no sistema econômico do capitalismo. Tal período excepcional na curta história da experiência humana pareceria, certamente, necessitar de um conjunto único subdisciplinar de práticas e teorias. Keith Matthews adotou uma abordagem similar ao estabelecer uma distinção clara entre *indústria*, definida como "trabalho que gera um produto tangível", e *industrialização* - "um sistema de produção que envolve especialistas em tempo integral, que trabalham em fábricas desenvolvidas para produzir o máximo de lucro a seus proprietários, que não atuam na produção..." (Matthews, 203:52). (Casella, 2005, p.7)

E, aqui, chegamos à nossa crise. Começando pela sua origem, de ordem conservacionista, passando pelas reflexões teóricas dos dois polos de maior influência à academia brasileira – Estados Unidos e Inglaterra – a Arqueologia Industrial encontra-se, aparentemente, perdida entre seus dois tradicionais fazeres. É essa autora quem expressa bem o impacto destas questões sobre a área ao fazer um compêndio do impacto causado pelos debates englobantes na Arqueologia Industrial, a autora se indaga até que ponto esta “desorientação” seria profícua.

[...] Colegas como Kate Cark sugerem que nós terminemos o isolamento disciplinar da Arqueologia Industrial, e abracemos nosso objeto enquanto "a arqueologia do segundo milênio AD" (Clark, 1999:283). Entretanto, ao reentrarmos no mundo da Arqueologia Histórica (se nós, alguma vez, já estivemos fora dele), o problema da identidade do subcampo será apenas exacerbado. Nós somos parte da "arqueologia da diáspora colonial européia e resposta indígena" (Deetz, 1977), ou da "arqueologia das sociedades letradas" (Moreland, 2001), ou da "arqueologia do capitalismo" (Johnson, 1996)? [...] Ao reconhecermos essa Era Moderna, como Marilym Palmer e Peter Neaverson fazem em seu volume seminal de *Industrial Archaeology* - 1998, nosso subcampo pode focar explicitamente nas práticas capitalistas modernas de produção e consumo. Mas tal abordagem proveria uma identidade distinta à Arqueologia Industrial? Ou ela anexaria nosso subcampo em um campo mais abrangente da corrente Marxista? E geraria isso, de alguma forma, problemas futuros? (*Ibid.*, p.6-7)

As transformações, em nível global, nos discursos da área são inegáveis. Nos últimos anos, os arqueólogos que se propõem a fazer uma Arqueologia Industrial, tem demonstrado um maior apreço pela interpretação. Ao contrário do que Buchman alertava, quando dizia que a Arqueologia Industrial corria o risco de falhar completamente por não adentrar na consciência acadêmica (1989, p.8), Symonds já manifesta uma perspectiva que se torna cada vez mais recorrente no entendimento dos arqueólogos:

[...] meu ponto é simplesmente um, e a certa extensão, um bem clichê para a arqueologia. Nós devemos gastar mais tempo pensando sobre as pessoas, e menos tempo catalogando coisas. O recente livro de Robin Skeate, *Debating*

the Archaeological Heritage, acertadamente concluiu, em minha opinião, que o que as pessoas querem dos arqueólogos são novas histórias (Skeates, 2000:122). As ações humanas tem um papel central a desempenhar na estruturação de narrativas. Nós devemos, portanto, não perder de vista as pessoas por detrás dos processos que tentamos estudar. Para parafrasear E. P. Thompson, é nosso dever resgatar esses indivíduos da "enorme condensação" da posteridade. (2005, p.37)

E, ainda, faz um alerta: “[e]mbora deva estar claro que nossas interpretações devem estar baseadas na evidência material, nós devemos ser cautelosos para evitar [...] recontar a história a partir das fontes documentais, com alguns artefatos a mais para corroborar tudo” (*Ibid.*, p.43).

1.3. Enquanto isso, no Brasil...

Dentre estas perspectivas apresentadas, a Arqueologia brasileira tendeu a aproximar-se de um entendimento próximo ao desenvolvido nos Estados Unidos. Fenômeno de fácil compreensão se pensarmos que, dentre os pólos de produção acadêmica que mais afetam a disciplina no país, a saber, Inglaterra e Estados Unidos, é o ordenamento temporal do último que se assemelha ao nosso caso.

Tanto a História⁵ brasileira quanto a estado-unidense apresentam uma forte ruptura em sua cronologia, representada pela chegada dos europeus ao continente americano. Tamanho é o impacto dessa, que aplicou-se a velha dicotomia pré-história/história, recorrente no discurso europeu e, notadamente, carregada de um ajuizamento de valor polarizado.

Uma boa síntese da produção arqueológica brasileira pertinente ao que convencionou-se chamar de Arqueologia Histórica foi elaborada por Lima (1993). De acordo com a autora, tem-se que os primeiros trabalhos arqueológicos praticados no contexto de contato entre europeus e populações tradicionais, bem como dos próprios descendentes destes europeus, remontam-nos à primeira metade do século XX (Lima 1993, p.225). No entanto, a disciplina formalizou-se somente na década de 60, conduzida por arqueólogos que trabalhavam com temáticas pré-contato, então, praticando em contextos de pós-contato (*Ibid.*, p.226).

O principal alvo destes arqueólogos foram as reduções jesuíticas dos séculos XVI, XVII e XVIII, no sul, e os sítios de contato do século XVI, no litoral nordestino.

⁵ Não me refiro à disciplina, mas à História “oficial”, aquela difundida e forçadamente legitimada, dadas as condições desiguais para o acesso ao conhecimento, bem como para a produção desse.

Muitos dos arqueólogos que promoveram estas campanhas são oriundos do PRONAPA (Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas), promovido pelos famosos arqueólogos do Smithsonian Institute, Betty Meggers e Clifford Evans (Symanski 2009, p.1-2).

No entanto, boa parte dos trabalhos em Arqueologia Histórica, de acordo com Lima, reduziram-se “a uma técnica a serviço de outras áreas do conhecimento, como a História e a Arquitetura”, sendo a disciplina “destituída de todo o seu vigor enquanto ciência social, ao exercer, muitas vezes, apenas a sua feição mais empobrecida” (1993, p.226).

Além disto, a Arqueologia Histórica, dentro do quadro maior, a Arqueologia Brasileira, tradicionalmente voltada para os estudos de sociedades “pré-históricas, era notório alvo “de preconceitos e discriminações, [recebia] um tratamento diferenciado em reuniões científicas, ora indulgente e paternalista, ora francamente depreciativo. (*Ibid.*, p.227). No entanto, o Seminário de Arqueologia Histórica, de 1985, “resgatou parcialmente a disciplina da inferioridade a que se encontrava reduzida em relação ao campo da pré-história, marcando para ela uma nova etapa” (*Ibid.*, p.228).

Consequência deste impulso dado à área foi o maior espaço ocupado pelos trabalhos com esta temática nos eventos da Sociedade de Arqueologia Brasileira, bem como a retomada de antigos trabalhos, durante a década de 80 (*Ibid.*, p.228-229). Um número significativo destes trabalhos, de acordo com Lima, possuem um grande caráter descritivo e particularista, complementados por uma contextualização histórica, geográfica e topográfica e estruturam-se, basicamente, com:

[...] informações quanto aos métodos e técnicas utilizados em campo e à estratigrafia, bem como dados referentes à funcionalidade, técnicas construtivas e aspectos formais dos sítios. A ênfase da análise recai, quase sempre, sobre o material cerâmico, que via de regra predomina sobre as demais categorias, como metais, vidros, pedras, ossos, entre outros menos frequentes, e restos alimentares. Considerações finais, de natureza interpretativa, dão fechamento aos textos. (*Ibid.*, p.229)

Somente na década de 1980 surge um esforço, ainda que tímido, de superar as limitações da abordagem histórico-cultural (Symanski, 2009, p.4). Os trabalhos pertinentes à Arqueologia Histórica no Brasil começam a manifestar uma preocupação maior com as questões teóricas e metodológicas, ainda que embora em pouca quantidade, demonstrando um maior apreço pela interpretação e construção de conhecimento em detrimento de manter-se num nível raso (Lima, 1993, p.229).

A situação favorável ao desenvolvimento de uma Arqueologia Histórica acabou por intensificar o estudo de sítios missionários no sul; por dar prosseguimento ao estudo de sítios de contato no nordeste; bem como em estudos de uma diversidade de sítios monumentais, como fortes e igrejas; além de promover o estudo de unidades domésticas no sudeste (Symanski, 2009, p.3).

De uma maneira geral, os estudos relacionados a louças e a cerâmicas vingaram na década seguinte, seguindo a perspectiva de uma maior ênfase no caráter interpretativo, como mencionado acima. No entanto, Lima destaca que durante a década de 1990, os estudos relacionados aos vidros, notoriamente abundantes em sítios dos séculos XIX e XX, “está esmagadoramente voltada para os aspectos tecnológicos de produção dos objetos de vidro, pouco se reservando a análises dos comportamentos a eles associados. Na década de 1990, essas análises começaram a aparecer mais intensamente no bojo de estudos de casos, mas de forma ainda muito tímida” (2002b, p.285).

Este caso específico do vidro parece ser representativo quanto ao desenvolvimento das abordagens promovidas pela Arqueologia Histórica no começo da década 1990. No entanto, já em meados da mesma década e começo da seguinte, a Arqueologia Histórica brasileira começa a apresentar uma grande diversidade de estudos (Symanski, 2009, p.5) De lá para cá, como nos aponta Symanski, as diversas abordagens acabam com estabelecer o cenário que encontramos atualmente:

O cenário contemporâneo é caracterizado por uma diversidade de abordagens, as quais podem ser sumariamente agrupadas nas seguintes categorias: a) continuidade da abordagem histórico-cultural, b) aplicação de métodos e conceitos da arqueologia processual, c) reprodução da abordagem histórico-cultural, porém sob o novo rótulo de abordagem contextual, e d) abordagens críticas e simbólicas, explorando uma diversidade de temáticas relacionadas ao processo de expansão do capitalismo. (*ibid.*)

Quanto, especificamente, ao uso do termo “Arqueologia Industrial”, credita-se sua primeira aparição na literatura acadêmica brasileira a Warren Dean,

contemporâneo, então das recentes publicações sobre o tema na Europa e Estados Unidos, publica nos Anais de História, da Universidade Estadual Paulista, em Assis, o artigo - *A Fábrica São Luiz de Itu: um estudo de arqueologia industrial*.[...] Nesse estudo, Dean faz um quadro das circunstâncias e do processo de industrialização da época, descreve minuciosamente as relações sociais da fábrica com a cidade, a tecnologia empregada na produção e construção da São Luiz, além de um estudo da arquitetura e de sua trajetória histórica. (Vichnewski, 2004, p.31-32)

Aparentemente, a Arqueologia Industrial no Brasil ficou limitada a raros estudos, para não excluir a possibilidade de que estes existam, até o início da década de 1990, se considerarmos o levantamento bibliográfico realizado por Lima (1993).

Entre o começo da década de 1990 e de 2000, ainda são poucas as referências ao termo, sendo quase todos tomados como sinônimos à noção de “patrimônio industrial”. Embora uma revisão mais densa careça ser feita, pode-se dizer que, ainda, neste período, os estudos na área são insipientes perante os voltados às demais problemáticas, como estudos sobre a escravidão, sobre o contato entre europeus e indígenas, assim como sobre o povoamento do território brasileiro.

Nos anos 2000, aparentemente, houve um crescimento no interesse da academia pela temática, resultando em diversos trabalhos produzidos em programas de pós-graduação que abordam ou permeiam a Arqueologia Industrial. São estes o meu empírico e será no próximo capítulo que serão abordados com a devida pertinência.

2. Capítulo dois: O espectro da “Arqueologia Industrial”

Se Marx estivesse vivo hoje, ele talvez pensaria que um espectro está assombrando a Europa, o espectro da arqueologia industrial. Quão delicioso pareceria para ele a ideia de que a burguesia dos dias modernos está seriamente engajada em uma atividade que mapeia o declínio e a falha de seus antepassados capitalistas, e ainda pretende preservar monumentos individuais, ou até paisagens inteiras, em *homenagem* às gerações de trabalhadores que lutaram para criar o mundo moderno. (Symonds, 2005, p.33)

Um espectro nada mais seria do que uma aparição ilusória e, talvez, por isso mesmo, algo que suscite um ar ameaçador por nos ser incógnito. Se nas palavras de Symonds, a arqueologia industrial é um espectro, de certa forma, para a sociedade contemporânea, eu digo que a Arqueologia é um espectro que assombra os próprios arqueólogos. Neste sentido, é pertinente pensar que o velamento teórico no discurso arqueológico brasileiro seja responsável pelo fomento do espectro.

Fazemos, falamos como fazemos, mas não falamos sobre o que fazemos. E esse amontoado de páginas que produzimos, irremediavelmente, há de assombrar aqueles que procuram entendê-lo. Assim, torna-se inevitável para aqueles que têm por objetivo enfrentar as folhas brancas-cor-de-fantasma perguntar a si mesmo: do que diabos estamos falando?

É nesse sentido que este trabalho tem sua gênese. Como já expus antes, o termo Arqueologia Industrial vem sendo propagado na literatura acadêmica – com pouquíssimas exceções – sem alguma discussão acerca de suas pretensões e/ou consequências. Na última década, alguns esforços podem ser percebidos com este intuito, principalmente, na forma da publicação *Industrial Archaeology - Future Directions*, de 2005, editado por Casella e Symonds, que, de certa forma, condensa bem as discussões latentes.

Sendo assim, aqui, propus-me a tentar entender como a literatura acadêmica brasileira adota este termo. Para tanto, busquei produções que manifestavam explicitamente tratar-se de um estudo que contemple o espectro que é a Arqueologia Industrial. Já adianto que são pouquíssimos aqueles que se aventuram neste campo – ou, no caso, ao menos admitam. Muitos dos trabalhos que encontrei, por referência de terceiros, tinham discussões sobre patrimônio industrial como sinônimo para Arqueologia Industrial, estes foram desconsiderados.

Optei por não contemplar trabalhos que tivessem seu contexto de produção relacionado à dita Arqueologia de Contrato, ou Arqueologia em obras de Engenharia.

Justifico isto por pensar que, neste caso específico, as condições de produção estariam condicionadas a diversos fatores que fogem ao alcance do arqueólogo e, geralmente, condicionam-se às pressões do mercado⁶. Assim, careceriam de uma abordagem específica, por serem desenvolvidos em um contexto muito particular, algo que não farei aqui.

Também não serão contemplados artigos, pois, geralmente, estão condicionados a normas de publicação, o que pode influir na escolha do que será publicado, enfim. O caso aqui é dar ênfase àquela produção oriunda dos centros de formação em pós-graduação, tendo como princípio a ideia de que o espaço e a oportunidade para que o autor possa expressar seu entendimento do termo exista. Ou seja, estou tomando este ambiente como o mais profícuo para o desenvolvimento das ideias e das concepções dos autores.

Assim, tomei como meu *corpus* discursos acadêmicos produzidos na última década que tenham como tema a Arqueologia Industrial ou que versem sobre ela de maneira explícita. Como resultado de minha busca⁷ obtive sete dissertações/teses, sendo três oriundas do Departamento de História da UNICAMP, duas do Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do MAE/USP, uma do Programa de Pós-Graduação em Design da UFRGS e, a última, do Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS. Posto isso, leitor, esboçarei a seguir como cada uma das pesquisas contempladas aqui aplicam o termo.

A seguir, o leitor encontrará a secção deste texto onde buscarei, de forma sucinta, indicar de que maneira os autores entendem o tal espectro ou, na falta da explicitidade, de que forma seu trabalho se articula com ele.

2.1. O termo “Arqueologia Industrial” na literatura acadêmica brasileira (2003-2011)

⁶ Para um melhor entendimento acerca desta questão, recomendo a leitura de MONTICELLI, Gislene. Arqueologia em obras de Engenharia no Brasil: uma crítica aos contextos. Tese (doutorado). Porto Alegre: PUCRS, 2005.

⁷ Por uma imposição física (lê-se distância), basicamente, minha consulta aos acervos se deu via internet. Foram consultados os seguintes acervos: Biblioteca Digital Brasileira de Dissertações e Teses (bdtd.ibict.br), Portal Domínio Público (dominiopublico.gov.br), Biblioteca Digital da Unicamp (www.bibliotecadigital.unicamp.br), Banco de Dados Bibliográficos da USP (www.dedalus.usp.br).

Começamos pelo princípio. Na dissertação intitulada *Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande – RS*, de 2003, Vivian Paulitsch propõe analisar as construções de um complexo industrial, formado por fábrica, moradias de operários e outras edificações. A pesquisa parte de uma contextualização histórica do objeto, seguindo no levantamento dos traços das edificações com base em critérios arquitetônicos, como "implantação, relação com entorno, volumetria, técnicas construtivas, programa espacial original, fachadas, organização espacial atual e acréscimos, instalações funcionais, revestimentos internos e externos, estruturas portantes e elementos decorativos" (*Ibid.*, p.26). Por fim, analisa a variação e a constância entre os traços levantados e os modelos construtivos nacionais e internacionais.

A pesquisa transcorre ao longo de mais de duzentas páginas, onde nenhum ou pouquíssimo esclarecimento acerca do que se entende por Arqueologia Industrial é feito. Apenas duas menções ao termo são feitas, uma nas palavras-chave e, outra, na introdução:

No caso particular da Rheingantz, esta história iconográfica local não é apenas um estudo de caso que se repete em muitas cidades e Vilas Operárias, nem tampouco mais um trabalho para obtenção de título acadêmico: com **este estudo de arqueologia industrial**, confirma-se que Rio Grande vive até os dias atuais, a **herança arquitetônica** deixada nos áureos tempos da **industrialização** da cidade. (*Ibid.*, p.27) grifo meu

Este uso do termo, aparentemente, atribui à Arqueologia Industrial a competência de evidenciar heranças arquitetônicas, que podem ser entendidas enquanto patrimônio em potencial, que se encontram dentro do contexto da industrialização. Isto parece se confirmar visto o decorrer da pesquisa.

Enquadrando-se dentro da perspectiva preservacionista já comentada, esta pesquisa tenta “obter o máximo de informações possíveis, dentro do limite de dados conseguidos, para que se possa valorar o quanto estas construções podem nos ceder de informações tecnológicas e plásticas” (*Ibid.*, p.214) a partir de fichas, catalogando estes traços físicos. Manifestando, por fim, uma necessidade de preservação de seu objeto:

Detendo-se mais ao sofisticado prédio do maneirismo internacional - o Escritório Central - edificação singular na arquitetura da cidade, enfatiza-se a importância cenográfica e estimada, devendo ser prioridade para uma futura política de preservação. Apesar da comunidade local se ater mais ao Club dos Mestres (ou Cassino dos Mestres) como referência material à Vila Operária - por sua posição de destaque no entorno, o prédio do Escritório Central é evidentemente mais importante e, através deste trabalho de resgate da cultura material e arquitetônica, é proposto que, caso algum projeto de Lei venha a

restaurar a Vila Operária, sejam prioritárias obras de restauração no Escritório Central. (*Ibid.*)

Em suma, podemos entender que a noção de Paulitsch sobre o que seria uma “Arqueologia Industrial” deriva, necessariamente, de uma noção de patrimônio histórico, questão que será discutida melhor adiante.

Em 2004, Henrique Vichnewski apresenta, em sua dissertação intitulada *As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)*, um levantamento de 24 indústrias, pertencentes à família Matarazzo, espalhadas em 17 cidades do interior paulista. Já no título da obra podemos notar a articulação entre “arquitetura fabril” e “patrimônio industrial”, sugerindo de princípio, tratar-se de uma abordagem semelhante à primeira obra apresentada, que é corroborada ao nos dizer que a função primária da Arqueologia Industrial é a

investigação de dados sobre o objeto, como documentos históricos, fontes iconográficas e história oral. O passo seguinte é o registro, podendo utilizar-se de várias técnicas como fotografia, filmagem, gravador de áudio, etc. O resultado é um inventário do objeto, com imagens e informações que, além de possibilitar sua análise e interpretação, auxiliará num futuro estudo de tombamento. (*Ibid.*, p.15)

Esmiuçando mais a sua noção do termo, o autor nos diz que a Arqueologia Industrial

consiste em aplicar os seus procedimentos - prospecção, escavação, documentação, classificação e análise do registro -, isto é, classificar analiticamente os artefatos, sejam eles móveis, sejam estruturas arquitetônicas ou da paisagem, junto ao universo das relações sociais, do trabalho, da produção e dos meios de vida. O objetivo final dessa questão arqueológica consiste em construir uma narração micro-histórica (de um edifício, um lugar, uma mina, um vale industrial), valendo-se do apoio de outros registros (oral, textual, iconográfico, fonográfico, filmográfico), onde toda a arqueologia ou é história ou não é nada. (*Ibid.*, p.26)

Embora Vichnewski esboce um panorama, aparentemente, denso da Arqueologia Industrial, A pesquisa tem como fruto, apenas, a elaboração de um “inventário detalhado de um patrimônio industrial” (*Ibid.*, p.3). De acordo com o autor, preocupação é justificada pelo iminente risco de desaparecer que as edificações apresentam, salientando assim, a necessidade de maiores cuidados.

O levantamento detalhado das indústrias Matarazzo resgata a sua importância histórica para a memória e para a formação da identidade da população dessas cidades, cujo registro, além de histórico e fotográfico, inclui as principais características tipológicas e construtivas da arquitetura fabril dessas indústrias, que poderão servir de base metodológica, em futuros projetos de restauro ou requalificação. (*Ibid.*, p.269)

De 2005, *Fábrica, Identidade e Paisagem Urbana: arqueologia da Bopp irmãos (1906-1924)*, apresenta o contraponto ao que já foi e ao que ainda será exposto nesta secção, pois o tom da tese de Thiesen difere das demais.

A autora destaca, já nas primeiras linhas, diversas pesquisas que foram realizadas na cidade de Porto Alegre com o intuito de compreender a vida social da cidade. Tais esforços visam compreender diversos aspectos da sociedade capitalista urbana, no entanto, pouco é relegado ao sistema fabril. Em seu trabalho, então, Thiesen se propõe a buscar um

"enfoque estratégico para entender essa mesma sociedade. E para tanto, não são apenas os prédios, as máquinas e o que neles é produzido que importa. Importa também compreender outros aspectos que interferem na produção e reprodução da indústria, quanto dos seus capitais". (*Ibid.*, p.11)

Ao expandir o enfoque de sua abordagem, seu objetivo foge à limitação física imposta por Pinard (*apud* Thiesen, 2005, p.13), possibilitando que a Arqueologia Industrial seja "entendida como o estudo das mudanças sociais, econômicas e culturais decorrentes do crescimento da organização capitalista na indústria, a partir da interpretação das suas evidências materiais" (*Ibid.*).

Esta perspectiva possibilitou à autora realizar um trabalho de cunho interpretativo sem o prejuízo das perspectivas limitadoras apresentadas nos demais trabalhos. Ainda, a tese não apresenta perspectivas de patrimonialização, culminando num discurso de caráter interpretativo acerca do seu objeto.

As próximas duas teses, *Água aos cântaros – os reservatórios da Cantareira: um estudo de arqueologia industrial*, de Vilar (2007) e *As Águas do Passado e os Reservatórios do Guaraú, Engordador e Cabuçú: um estudo de Arqueologia Industrial*, de Fonseca (2007), apresentam explanações idênticas quanto à percepção dos autores sobre o papel da Arqueologia Industrial. Embora o objeto de estudo das pesquisas não sejam exatamente os mesmos, ambos autores esboçam em páginas de conteúdo idêntico uma aproximação ao tema.

Os autores, em suas teses, apresentam, recorrentemente (Vilar, 2007, p.8, 12, 13, 14; Fonseca, 2007, p.29), a ideia de que a Arqueologia Industrial seria uma metodologia

que não faz uso de técnicas interventivas, como a escavação, embora considerem a escavação em outro momento⁸, mas, sim, de

“[...] pesquisas de superfície, em fontes documentais, vestígios de antigos maquinários, imóveis fabris e nos equipamentos coletivos das sociedades industrializadas.[...] Pesquisa o desenvolvimento e aperfeiçoamento de processos tecnológicos, inserindo-os em seu contexto espaço-tempo, ao estudar as estruturas fabris, às vezes desaparecidas, ampliações e reduções da edificação, segundo a necessidade de cada época, materiais empregados, instrumentos, ferramentas e técnicas utilizadas.”(Vilar, 2007, p.27; Fonseca, 2007, p.29)

Ainda, os dois autores manifestam-se uníssonos quanto à potencialidade interpretativa da Arqueologia Industrial, relegando à produção do conhecimento uma condição simplista e objetiva, derivando da pura aplicação de um método, quando nos dizem que

A Arqueologia Industrial, no estudo da cultura material, proporciona uma visão mais abrangente dos aspectos da produção, reprodução, distribuição e consumo de bens do sistema capitalista e as condições em que foram realizadas; **portanto, com sua metodologia, analisa e interpreta, a partir dessas evidências materiais, as mudanças sociais, econômicas e culturais decorrentes do crescimento da organização capitalista na indústria.** (Vilar, 2007, p.26; Fonseca, 2007, p.27) grifo meu

É Vilar quem, explicitamente, aplica esta metodologia com o intuito de estabelecer “um modelo de inventário dessas obras como instrumento de análise com a finalidade de localizar, identificar e interpretar sua função inicial e atual, registrando e propondo medidas de proteção, salvaguarda e reabilitação” (2007, p.12). Ideia que fica mais evidente quando esse nos diz que:

Pelo exposto, para a Arqueologia Industrial, a documentação escrita e iconográfica não deve ser vista apenas como instrumento de consulta e sim como um conjunto que faz parte da memória da empresa, ou seja, como testemunho material e parte integrante do patrimônio cultural, constituindo-se, muitas vezes, nos únicos vestígios materiais que sobraram de uma indústria, um bem coletivo ou de um processo de produção desaparecido. (*Ibid.*, p.181)

⁸ “Portanto, não busca apenas retratar a história econômica e social de toda uma região ou de um país, a partir de documentos materiais descobertos através de pesquisas de exploração em superfície **ou de escavações**, mas, reencontrar as circunstâncias materiais e técnicas que estão na origem de uma fábrica, na montagem de uma máquina ou na construção de um estabelecimento, dos equipamentos coletivos, que marcaram a vida de seus contemporâneos e, em seguida, pesquisar as consequências que esses ‘acontecimentos’ tiveram sobre todos os dados do ambiente de uma população ou grupo social.” (Vilar, 2007, p.25; Fonseca, 2007, p.26) grifo meu.

Ideia compartilhada por Fonseca que ratifica esta posição ao nos dizer que

A Arqueologia Industrial, enfatizando seu caráter de disciplina científica que estuda as evidências industriais do passado, das técnicas e dos processos de produção, tem por objeto o estudo e a salvaguarda, de um patrimônio cultural, que integra outros vetores da realidade, até recentemente considerados de pouco ou nenhum valor, os bens industriais, que têm subjacente a intencionalidade de sua preservação, que deveria ser feita através da sensibilização coletiva do tecido social, para que pudesse ser conservada e difundida nossa herança industrial. (Fonseca 2007, p.226)

Pozzer, ainda em 2007, em sua dissertação intitulada *A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade. (1872-2002)*. O autor realiza uma tarefa historiográfica, mas busca na Arqueologia Industrial uma perspectiva que complemente os estudos de sua área que sejam pertinentes a ferrovias. O autor entende que

a chave para o entendimento da estação, bem como de outros objetos semelhantes, parece localizar-se na disciplina arqueologia industrial, pois visa, dentre seus muitos objetivos, **produzir conhecimento não apenas acerca do objeto**, mas também **evidenciar sua historicidade**, privilegiando a pluralidade de documentos utilizados e de disciplinas envolvidas para a obtenção de informações acerca do objeto, do período e da sociedade em que se inserem. (*Ibid.*, p.27) grifo meu.

Aqui, Pozzer demonstra claramente seu entendimento: neste caso, ao evidenciar a historicidade da estação, o objeto salta aos nossos olhos enquanto um testemunho de um discurso histórico. Por consequência, o conhecimento que se produz a partir da estação é, meramente, técnico, focado nos aspectos físicos. O autor ainda reforça esta ideia argumentando que a perspectiva da Arqueologia Industrial é promissora ao propor uma aproximação à materialidade, equilibrando a ênfase documental à estrutural, chamando “a atenção para sua preservação, conservação e possíveis formas de se reutilizar aqueles espaços”(*Ibid.*).

Pozzer, também, entende que a Arqueologia Industrial caracteriza-se fundamentalmente por dois aspectos importantes: a pluralidade documental e a interdisciplinaridade (*Ibid.*, p.228). A primeira é pertinente a grande gama de registros documentais e orais, que possibilitam uma contextualização do objeto. Enquanto, a segunda, com a inserção de pesquisadores de diversas áreas, contribuiu para o desenvolvimento de uma linha preservacionista da disciplina:

a presença de pessoas de diversas áreas de atuação contribuiu muito para a salvaguarda de bens que estavam em vias de destruição, pois divulgou amplamente o interesse por aquele patrimônio, pela preservação da história e da memória que eles evocavam. (*Ibid.*)

Embora o autor não objetive realizar um trabalho de Arqueologia Industrial, Pozzer dedica boa parte de sua obra para defender a ideia de uma aproximação à disciplina, alegando que a pluralidade é profícua para os estudos em sua área. A inserção da Arqueologia industrial permitiria

uma contribuição tanto para a preservação quanto para o estudo do patrimônio industrial essa disciplina pode ser tomada como possível caminho a uma prática patrimonial que vá além da catalogação e produza conhecimentos amplos e ao mesmo tempo profundos sobre as múltiplas questões que podem ser suscitadas. (*Ibid.*, p.258)

A última obra, *Design e Tecnologia: resgatando ícones de inovação em móveis para escritórios via Arqueologia Industrial*, de 2011, busca resgatar ícones de Design a partir da Arqueologia Industrial, entendida como uma metodologia. Nela, o autor, Gobbi, alega ter encontrado na Arqueologia Industrial o direcionamento que sua pesquisa necessitava, ao permitir "a transformação de um histórico de vida em um resgate da memória empresarial-industrial de um segmento do Design e da Tecnologia da indústria moveleira" (*Ibid.*, p.13), como enfatiza páginas depois

[...] a arqueologia industrial vem ganhando espaço na pesquisa científica e sua importância vem sendo reconhecida por **resgatar aspectos históricos**, sociais, econômicos e culturais da sociedade, bem como **seus processos** empresariais, mercadológicos e **industriais**. (*Ibid.*, p.17) grifo meu.

Gobbi realiza um “resgate histórico” da atuação de empresas do setor de móveis durante as décadas de 1940 e 1980, a partir de sua “ordenação histórica e factual”(*Ibid.*), podendo assim, “analisar um procedimento empírico, que mesmo sem os requisitos fundamentais de um processo acadêmico sobre Design, catalisou e concretizou um processo criativo”(*Ibid.*). Em outras palavras, *ao resgatar aspectos históricos*, o autor estabelece uma relação direta entre a materialidade, no caso os processos industriais, e o discurso histórico.

Aqui, nesta obra, Gobbi manifesta um entendimento sucinto e semelhante aos demais trabalhos citados quanto à noção do que é a Arqueologia Industrial

pode ser entendida como um esforço multidisciplinar - de inventários, de registro, de entrevistas, de pesquisas histórico-documentais e iconografias, de levantamento métrico e análise de artefatos, de edifícios e de conjuntos arquitetônicos, para estudar as manifestações físicas, sociais e culturais do passado, com o intuito de registrá-las, revelá-las e preservá-las. (*Ibid.*, p.15)

2.2. Do que diabos estamos falando?

Logo no começo deste trabalho, discorri um pouco sobre a construção do entendimento de uma *arqueologicidade* decorrente da associação entre a disciplina e sua prática mais identitária, a escavação. A seguir, expus uma ramificação na área que divide os estudos naqueles com a pretensão de serem interpretativos – escassos e pouco reconhecidos – e aqueles de cunho preservacionista – com a pretensão de preservar e de registrar vestígios, principalmente, de fábricas, de moinhos e de ferrovias, e que tem obtido grande êxito ao longo das décadas. E, por último, busquei na literatura pertinente o entendimento acerca do termo.

Bom, caro leitor, até aqui, busquei extrair o máximo de informação possível quanto ao entendimento dos autores citados. Embora possam parecer poucas páginas – aliás, impressão que também tive – aparentemente, duas críticas recentes à produção acadêmica que versa sobre Arqueologia manifestaram-se na bibliografia que tomei como corpus do meu trabalho. A primeira, de Lima, sobre a intrusão de um histórico-culturalismo empobrecido na Arqueologia Histórica brasileira (2002a, p.8) e a de Reis sobre o velamento teórico no discurso acadêmico que acentua os descritivismos (2004, p.16).

Evidenciar isso significa pensar que o entendimento do que seja a Arqueologia Industrial pela literatura acadêmica é limitado. Limitado não só por apresentar conceituações do termo – que existem bem mais do que as reflexões acerca desse – importadas, logo, descontextualizadas, além de defasadas. Isso pois apresentam uma reflexão – quando essa existe – que desconsidera ou ignora os debates mais atuais, tanto no que diz respeito ao campo da “Arqueologia Histórica” no Brasil, bem como, especificamente, da “Arqueologia Industrial” ao redor do globo.

Esta perspectiva antiquada sobre o termo acaba por contribuir para o exacerbado descritivismo já evidenciado que assola a Arqueologia no Brasil e fomentando ideia que define a disciplina a partir da sua relação com o objeto. No caso específico da “Arqueologia Industrial”, aparentemente, o seu objeto não é apenas um ente físico, ele transpõe este limite e assume a forma de um Patrimônio (ao menos em potencial). A meu ver, o impedimento para o entendimento da “Arqueologia Industrial” enquanto um campo legítimo de produção do conhecimento reside aqui.

Proponho-me, então, tentar quebrar este fluxo. Está mais do que na hora de aventurarmo-nos pela discussão de nossa produção e parar imediatamente com a importação desenfreada de conceitos, ainda mais os defasados, sem a necessária apreciação. Assim, as descrições ficam de lado e trago ao branco destas páginas

algumas reflexões acerca de três pontos que julgo fundamentais para o enfrentamento do espectro que se tornou a Arqueologia Industrial.

Alguns poucos autores defendem explicitamente uma ideia de Arqueologia Industrial relacionada diretamente com a lida do patrimônio, como é o caso de Beatriz Kühl

A expressão tornou-se de uso consolidado e recebeu definição mais atualizada e precisa na Carta de Nizhny Tagil, que caracteriza a arqueologia industrial como “método interdisciplinar”, e não mais como “disciplina” autônoma. (2010, p.26)

O pensamento desta autora reflete bem o posicionamento percebido nos trabalhos analisados aqui, bem como nas posições latentes na literatura que aborda este tema. No entanto, o entedimento recorrente da Arqueologia Industrial enquanto um método interdisciplinar acaba por diluir o caráter arqueológico, agregando apenas um valor estético a uma prática sem comprometimento epistemológico.

Este entendimento do termo é compreensível à época das preocupações inglesas perante o estado do seu legado industrial. No entanto, a segunda metade do século XX caracterizou-se por um momento muito fortuito para o pensamento arqueológico, que culminou no desenvolvimento de diversas perspectivas que, embora distintas, buscavam uma maior reflexão acerca da própria disciplina.

Assim, não à toa, Kühl nos relata algumas crises de identidades vivenciadas na Arqueologia Industrial durante as décadas de 1970 e 1980, exatamente no período em que o movimento Pós-Processualista vinha a tona, incorporando o pensamento arqueológico junto aos debates processualistas

[...]certos autores contestavam seu emprego [da palavra “arqueologia”] a esse propósito, questionando a pertinência para casos em que não fosse necessário o emprego de métodos da arqueologia “tradicional” (em especial escavações) e em que não existissem testemunhos materiais da atividade produtiva. Mas a arqueologia industrial pode ser entendida de maneira ampla, como enfatiza Hudson, que evidenciou a largueza semântica da palavra “arqueologia”, associando-a a fases passadas de manifestações humanas. (*Ibid.*)

O problema apontado acima não foi solucionado a partir de uma convenção adotada pela comunidade científica, tão pouco permaneceu em aberto, oportunizando maiores debates acerca do tema. O entendimento do que seria uma Arqueologia Industrial, na verdade, acabou por ser normatizado a partir de uma carta produzida pelo

TICCIH⁹, onde a “expressão tornou-se de uso consolidado e recebeu definição mais atualizada e precisa na Carta de Nizhny Tagil, que caracteriza a arqueologia industrial como ‘método interdisciplinar’, e não mais como ‘disciplina’ autônoma”. (*Ibid.*, p.26)

A Arqueologia Industrial de caráter preservacionista e catalogadora, aparentemente, não passa de uma atividade exercida por um grupo de pessoas das mais diversas áreas engajadas politicamente na busca pela preservação de determinadas unidades físicas ligadas ao processo produtivo do período industrial.

Paralelamente à corrente preservacionista, a academia buscava desenvolver, embora a partir da mesma origem, um campo conceitual com uma preocupação epistemológica pertinente à disciplina da Arqueologia. Mas, tanto a ineficácia em se estabelecer na academia, quanto a profusão de trabalhos descritivistas que a abafavam, fizeram com que a Arqueologia Industrial acadêmica se confundisse com uma Arqueologia Industrial intransigente e mecanizada e que fossem ambas tomadas como duas frentes distintas de uma mesma perspectiva, como aponta Cerdà:

Geralmente, se entende que é a disciplina que se ocupa do passado da sociedade industrial através do estudo de seus restos materiais frente a preservação e conservação daqueles mais significativos ou relevantes, identificando-se, deste modo, a arqueologia industrial como a salvaguarda do patrimônio industrial. Somente em poucas ocasiões se faz referência ao caráter arqueológico da disciplina; caráter que, a nosso juízo, é precisamente o que dá sentido e a insere no marco da ciência histórica, e faz com que seja uma metodologia útil (2008, p.11)

Posto isso, a ideia que defendo aqui é simplesmente a de que, embora possamos considerar que as duas “vertentes” da Arqueologia Industrial tenham a mesma origem na literatura, são coisas completamente diferentes. A semelhança, atualmente, entre as duas se limita a uma questão de grafia, mas não de ordem semântica. Pensando assim, podemos entender que a pouca discussão acerca do entedimento desse “espectro” acabou por gerar uma inconsistência que não é visível aos olhos, uma vez que fica subentendida.

Nestes termos, temos duas coisas chamadas Arqueologia Industrial. Uma mais difundida, de cunho explicitamente político, que possui um discurso elaborado sobre a importância de um enfoque multidisciplinar e acaba por gerar um *ethos* descritivista, fortemente associado à história das técnicas e refém de características físicas em geral. Seu intuito é basicamente o de buscar testemunhos históricos, exercendo, desta forma, o

⁹ Carta de Nizhny Tagil sobre o Patrimônio Industrial. The International Committee for the Conservation of the Industrial Heritage TICCIH. Tradução de José Manuel Lopes Cordeiro, 2003

papel de um agente legitimador de um discurso dominante. Em contrapartida, a outra busca uma aproximação para com o pensamento arqueológico e a elaboração de interpretações a partir de uma materialidade.

Manifesto de imediato minha preocupação quanto à penetração da primeira no pensamento arqueológico. Fortemente difundida, legitimada e perniciosa. E a razão de tal preocupação se justifica a partir de dois aspectos que são pilares desta prática: a relação com o patrimônio e a evidente tendência fetichista em relação aos traços físicos.

2.2.1. Plunct-plact-zum: o arqueólogo e o patrimônio

As histórias sobre o patrimônio cultural são narradas a partir da autoridade da 'nação'. É possível dizer que aqueles que narram essas histórias 'representam' a nação, no duplo sentido em que falam e agem em seu nome, ao mesmo tempo em que a expressam através do patrimônio que preservam. A nação brasileira, concebida como uma entidade individualizada, integrada e desdobrando-se num continuum temporal, é o princípio metafísico que dá coerência a essas histórias de perda, apropriação e redenção. No entanto, a autoridade para falar em seu nome, ou para preservar o seu patrimônio, não é obviamente um dado. Quem tem autoridade para dizer o que e o que não é o patrimônio cultural brasileiro? Quem tem autoridade para preservá-lo? Como essa autoridade é culturalmente construída? (Gonçalves, 1996, p.33)

Discussões que envolvam a noção de Patrimônio tendem a ser delicadas, uma vez que implicam, necessariamente, numa questão de escolha. Escolha do que será deixado, não só como legado, mas como uma imagem de como nos vemos (ou, ao menos, como queremos que nos vejam). Poderíamos resumir então que há, primeiro, uma questão política que rege o que será patrimonializado, construindo um discurso acerca do que somos, para assumir uma função pedagógica a partir de uma “autenticação do ‘real’ histórico ou antropológico” que “é também uma autenticação epistemológica: verdadeiro porque real, real porque concreto, porque visualmente experimentado (Gonçalves, 1996, p.84)

Assim, impossível não suscitar questões de ordem ética, uma vez que

É inevitável que se objetifique a nação moderna por meio de alguma metáfora, como é o caso dos "patrimônios culturais". Mas é também possível, e bastante iluminador, tomarmos consciência de nossas objetificações enquanto atos contingentes e provisórios de invenção cultural, viabilizados pelos códigos culturais a partir dos quais nos representamos coletivamente. Em resumo, não podemos escapar da objetificação, mas podemos manter a consciência alerta para o fato de que estamos objetificando. (*Ibid.*, p.137)

Aparentemente, a articulação entre Patrimônio Industrial e Arqueologia Industrial, acabaram por definir a área. Aqui, não vejo como o grande problema aquele

de ordem conceitual, mas sim a relação que o arqueólogo acaba por estabelecer com o seu objeto em razão desta confusão: estaríamos viciados em “objetificar”?

A identificação de dois conceitos distintos – arqueologia industrial e patrimônio industrial – condicionou, em excesso, a evolução da disciplina, que tem se centrado quase que exclusivamente no estudo e na preservação do “monumento industrial”, ligando, assim, seu objetivo aos problemas derivados do patrimônio e prescindindo de sua potencialidade como metodologia específica capaz de gerar conhecimento [...] (Cerdà, 2008, p.49)

Certamente, a lida com as mais diversas questões que possam ser trazidas à tona pela ideia de “patrimônio” é parte integrante do fazer arqueológico, mas não é uma exclusividade. Diversas são as áreas que tangenciam as discussões acerca deste tema, cada uma com suas pertinências, suas perspectivas e suas contribuições, além, é claro, da sociedade.

Não é, portanto, somente na ciência e naqueles directamente envolvidos nela que se deve promover um novo paradigma, mas também numa dimensão social e pessoal atingindo as regiões mais profundas da existência humana. (Pereira, 2008, p.157)

A atitude que os trabalhos levantados aqui têm tomado para com a noção de patrimônio é leviana e pouco crítica. Quase que imbuído de um espírito paternalista, usando o discurso científico para legitimar uma posição individual perante o coletivo, como se o diploma fosse um distintivo no peito. Esta atitude inconsequente perante este tema, além de esvaziar a discussão a seu respeito, acaba por dissolver um direito plural num pseudo-dever do pesquisador.

o consenso social, obtido por meio de interpretações e reinterpretações sucessivas, orientando para o entendimento mútuo derivante da razão comunicativa, culmina no apuramento da melhor solução, ou seja, responde ao interesse cognitivo por um entendimento recíproco e, na prática, a uma manutenção da intersubjetividade entre sujeitos, como estágio superior à subjectividade do indivíduo.

A participação na discussão da construção de novos paradigmas, constitui um mecanismo privilegiado de tomada de consciência e de responsabilização, fazendo-se valer junto do poder político. (*Ibid.*)

Cabe salientar, não estou argumentando que o pesquisador é isento de responsabilidade, justamente o contrário. Todo cidadão, enquanto membro de uma comunidade, está imbuído do dever de participar dos devidos processos que venham por legitimar um patrimônio. O arqueólogo, enquanto um produtor de conhecimento, possui este agravante, logo, cabe a ele a responsabilidade de socializar a discussão. Assim, ratificada por Funari quando diz que os “arqueólogos deveriam agir *com* a comunidade, não para ela”(2007, p.65), Pereira alerta para que

os cidadãos não [olhem] para o património apenas através de uma caixa de vidro. Todos devem viver o património do local onde habitam e não apenas nos livros e, logo, devem ser considerados no actual processo científico de investigação, participando em projectos práticos, aprendendo a tocar no passado. (2008, p.157)

E isto talvez seja ainda mais pertinente no caso específico do Brasil, onde, ao falar de uma certa alienação perceptível no Brasil, Funari nos diz que

Devemos concordar com Byrne (1991: 275) quando afirma que é comum que os grupos dominantes usem seu poder para promover seu próprio património, minimizando ou mesmo negando a importância dos grupos subordinados, ao forjar uma identidade nacional à sua própria imagem, mas o grau de separação entre os setores superiores e inferiores da sociedade não é, em geral, tão marcado quanto no Brasil. Neste contexto, não é de surpreender que o povo não preste muita atenção à protecção cultural, sentida como se fora estrangeira, não relacionada à sua realidade. (2007, p.63)

Tomando isto como certo, impreterivelmente, o trabalho do arqueólogo acaba por constituir-se para além da esfera da pesquisa, principalmente, quando lida com questões que envolvam

A valorização do património [que] é compreendida quando assumida socialmente e se construirmos, com mais intensidade, as relações democratizadoras nas nossas instituições culturais e educativas, produz-se sequente consenso. A política do património é uma arte de pastorear o rebanho humano num campo imaginário, onde a comunidade é capaz de conciliar a continuidade com a mudança e a conservação com a criação (Guillaume, 2003, p. 41); logo, sabemos, devolver à sociedade, sob forma de conhecimento, o investimento aplicado na investigação arqueológica, é um imperativo ético e legal que pode ser condição de sobrevivência (Pereira, 2008, p.156)

O arqueólogo, então, deveria abrir mão da sua condição de “carimbador maluco” ao buscar a socialização da construção do património. Mas, para tanto, um segundo traço deve ser esclarecido.

2.2.2. O fetiche é o monstro

Quando o fetichismo e a inflação do património se revelarem em sua verdade semiológica, como síndrome, o que fazer dessa advertência? A primeira tarefa que se impõe é procurar determinar com precisão a natureza do agente traumático que teria provocado tal montagem.

Para esse fim, é necessário sondar a *imagem* patrimonial com um olhar *crítico* ou clínico [...], é preciso sair da ficção narcisista. Precisamos denunciar o amálgama no qual ela nos enleia, e que nos faz também confundir história e memória, uma construção conceitual do tempo e o poder, inerente à nossa condição temporal, de mobilizar e estruturar a duração, que, como já vimos, é requerida pelos monumentos intencionais. (Choay, 2006, p. 248-249)

Embora, como expus no primeiro capítulo, exista um indício de novas perspectivas para a Arqueologia Industrial, Cerdà nos alerta para o fato de que esta busca por algo a mais do que o estudo arquitetônico e/ou estético é, aparentemente, limitada ao contexto anglosaxão (2008, p.46), além de salientar que

A falta de formação da maioria daqueles que praticam ou têm praticado a arqueologia industrial é evidente e supõe um sério impedimento para o desenvolvimento da disciplina [...] sob a etiqueta da arqueologia industrial se realizam e se publicam trabalhos que não são mais do que história da arquitetura ou da técnica, ou qualquer outro estudo sobre algum aspecto do processo de industrialização [...] com profusão de fotografias e outras ilustrações. (*Ibid.*, p.49)

Nevell (2005) considera que a tendência inglesa ao estudo das características físicas é compreensível no contexto do surgimento da Arqueologia Industrial, posto a quantidade de dados arqueológicos e históricos ainda presentes. Algo que vem sendo reformulado, como acabei de afirmar, mas que ainda não se dissipou pelo resto do globo, que importou este modelo inicial.

Um fator muito importante que ajuda a manter esta fixação pelos traços físicos são as cartas patrimoniais, dentre elas, a Carta de Nizhny Tagil, de 2003, amplamente difundida pelos pesquisadores da área, que volta-se demasiadamente aos aspectos físicos, em detrimento de todos os demais. Isto acaba por legitimar a ainda influente perspectiva originada na década de 1950, por Michael Rix, conforme nos aponta Marly Rodrigues, onde

Do mesmo modo que os antigos tombamentos, os de bens industriais têm sido pontuais e baseados nas qualidades arquitetônicas das edificações. Os tombamentos não levam em conta a relação entre a unidade fabril e a constituição de paisagens locais; e, por serem pontuais e fundamentados apenas nas qualidades formais de cada unidade, não possibilitam a constituição de uma representação que sintetize materialmente o processo histórico de construção do território e das relações sociais, fator essencial para fornecer ao cidadão uma forma de perceber o passado como um tempo integrante de sua vida. (2010, p.37-38)

Eis o panorama fetichista constituído por um modelo importado da Inglaterra pós-guerra, onde boa parte das evidências da Revolução Industrial, de berço e orgulho inglês, perdia-se em meio aos destroços deixados pelo confronto. A adoção da prática pela prática, sem considerar o contexto do seu surgimento, bem como o contexto da sua aplicação, acabou por exaurir a significação de paredes caídas e por tornar-nos eternamente responsáveis por aquilo que patrimonializamos.

Nadando contra a maré, Thiesen apresenta uma crítica para com essa afeição extrema às coisas formais, esvaziadas de sentido e de razão social, buscando desprender

a Arqueologia Industrial do despotismo imposto pela preservação e aproximá-la às discussões e às reflexões mais pertinentes que palpitam na comunidade arqueológica ao nos dizer que

a arqueologia industrial deve ser entendida como o estudo das mudanças sociais, econômicas e culturais decorrentes do crescimento da organização capitalista na indústria, a partir da interpretação das suas evidências materiais. Isto significa, por um lado, colocar o tema no âmbito da expansão do capitalismo ocidental e, por outro, abordá-lo para além da indústria propriamente dita, entendida no sentido de unidade produtiva. (2006)

A autora, então, defende um desprendimento do termo “industrial” e, favorecendo a sua visão, propõe que associe-se a noção de “industrialização”, retomando o caráter humano da Arqueologia, ao estabelecermos um vínculo entre a disciplina e um fenômeno sócio-cultural.

As palavras de Thiesen aproximam-se às de Nevell ao afirmar que a transição da sociedade industrial foi exaustivamente estudada por diversas áreas, mas muito pouco por uma perspectiva arqueológica. O autor, no artigo intitulado *A Arqueologia Social da Industrialização* (2005), tem por objetivo justamente buscar a origem da industrialização através do estudo do material remanescente em superfície, análise da paisagem e posterior estudo de evidências geográficas, históricas e sócio-econômicas.

Desta forma, neste trabalho, advogo por uma Arqueologia que transcenda o frustrante papel de simples geradora de dados. Pois, embora “no mundo moderno, as coisas materiais são, primariamente, entendidas como entidades autônomas das quais a informação pode ser adquirida” (Thomas, 2004, p.234), as relações entre os seres humanos e o mundo material não se dão a partir de uma relação simplista entre objeto e sujeito. É evidente que homens e mulheres operam de tal forma que são absorvidos e imersos em sua circuncidade. Sendo assim, uma arqueologia estritamente analítica não seria capaz de contemplar uma perspectiva que entenda um olhar abstrato como uma forma derivada e secundária de relacionar o mundo, como o Thomas enfatiza:

Eles viviam em mundos sensoriais de significados, de desejo, de sofrimento e de trabalho. É impossível construir um entendimento do passado baseando-se em artefatos e estruturas vistas como objetos analíticos e esperar que, de alguma forma, desenrole-se um mundo de significados a partir deles. O significado nunca chega à cena depois das estruturas de existência material ser juntadas. (*Ibid*, p.234).

Questões sobre o espectro ou As minhas Considerações Finais

Já expus a ideia de que a Arqueologia vive uma crise. Uma crise baseada, dentre outras coisas, na proliferação de várias práticas distintas pertinentes, que acabaram por fragmentar a disciplina. Aparentemente, hoje, a Arqueologia é, antes de mais nada, uma gama de atividades submetidas à condição de observação entre seu praticante e seu objeto.

Das leituras que fiz a este respeito, acabei por desenvolver a seguinte a ideia: penso que a Arqueologia acometeu-se de uma epistemiopatologia que cunhei de Síndrome de Wayne¹⁰. A alusão ao personagem da cultura popular se dá em razão da versão para a televisão produzida entre os anos de 1966 e 1968, de cunho extremamente caricato, onde todos os apetrechos utilizados pelo herói são preposicionados pela palavra “bat”. As aparições do batranguê, as idas à batcaverna e os quilômetros rodados no batmóvel, a partir do uso exarcebado e descontrolado da preposição, acabam por gerar o tom cômico da situação.

Neste mesmo caminho, naturalizou-se ao longo das décadas a fragmentação da Arqueologia em diversos ramos, onde o comprometimento com a disciplina se desprendia conforme mais arqueologias apareciam com objetivos, cada vez mais, específicos. Isto ocorreu a tal ponto em que o comprometimento epistemológico não é tido enquanto fundamental em detrimento da ideia de que a Arqueologia é caracterizada por sua prática. Assim, gerou-se um entendimento simplista e raso acerca dos propósitos da disciplina, reduzindo-a a uma mera adjetivação de práticas voltadas à materialidade – entendida, meramente, em seu aspecto físico.

Penso que a Arqueologia poderia ser uma destas casas mal assombradas de cinema. Nós, assombrados por este espectro, buscaríamos abrigo e conforto num dos diversos cômodos, tendo a possibilidade de escolhermos aquele que mais nos satisfaz. Já é mais do que hora de abriremos as portas e as janelas. E é, justamente, com este intuito, que resolvi por me dedicar a um destes abrigos, o da Arqueologia Industrial.

É Symonds quem dá o tom desta conclusão ao dizer que

Embora alguns possam argumentar que o termo "Arqueologia Industrial" é obsoleto, e, portanto, não há "direções futuras" (Cranstone, neste volume), eu contra argumentaria essa sugestão a partir de dois pontos. Primeiro, o termo "Arqueologia Industrial" está bem estabelecido e não deve ser dispensado, mesmo que, como em outros campos da arqueologia, como o Paleolítico ou a

¹⁰ Referência ao personagem da série Batman, alter-ego de Bruce Wayne, publicado pela DC Comics.

arqueologia clássica o impulso da investigação mudou para além do reconhecimento nos últimos 50 anos. Segundo, meu co-editor e eu estamos cientes de que a "arqueologia industrial", ainda que mude, estará defasada em termos de teoria arqueológica. Nós, portanto, conscientemente, escolhemos em manter este termo na crença de que aqueles que se chamam "arqueólogos industriais" achem este volume interessante e beneficiarão-se das novas abordagens e dos insights teóricos que são apresentados pelos vários contribuidos internacionais. (2005, p.36-37)

Afinal, com base no que expus, seria pertinente continuarmos no rumo em que estamos? Aqui, reservo-me ao direito de discordar de Symonds e defender a ideia de que devemos abrir mão do termo. Opto por este caminho, não só por pensar que a Arqueologia Industrial, que defende a incessante patrimonialização de “testemunhos históricos”, caracteriza-se como uma prática alienante, que foge ao escopo do que entendo como Arqueologia, bem como por entender que

o termo *arqueologia industrial* pode ser pequeno para abarcar tantos temas, mas, sobretudo reduz a possibilidade de compreensão de um fenômeno que se materializou em parte na indústria e seus produtos, mas também em numerosos outros domínios da cultura material.

Não se pode, portanto, pretender restringir as pesquisas dessa “especialização” da arqueologia às unidades fabris, à sua estrutura e aos artefatos diretamente ligados a ela, tais como maquinário ou produtos. Ainda que tais estudos possam ser importantes e proveitosos, é preciso não perder de vista outras marcas, materializadas em diferentes suportes, deixadas pela expansão de uma economia e de uma sociedade industriais. Essa diversificada cultura material carrega em si a narrativa de diferentes facetas de um mesmo drama: estratégias de sobrevivência, de dominação ou resistência; relações de trabalho, de gênero ou étnicas; divisões econômicas, religiosas ou espaciais, e tantas outras questões. (Thiesen, 2006)

Oriunda do empenho de pessoas como Michael Rix, a Arqueologia Industrial surgiu enquanto uma prática ligada a vestígios materiais, incorporando o termo “arqueologia” enquanto uma adjetivação baseada em outro aspecto, que não o da prática já mencionado, mas à condição de observação entre seu praticante e seu objeto. Aspectos esses que, entendo, não satisfazem – ao menos não mais – as condições necessárias impostas pela Arqueologia, por serem rasos e limitados.

Portanto, concluo defendendo que consideremos a Arqueologia Industrial, como foi construída e ainda é largamente perpetuada nos dias de hoje, enquanto um ser anômalo, alheio ao pensamento arqueológico. Assim, ratifico os argumentos de Thiesen e advogo por uma Arqueologia preocupada em interpretar fenômenos sociais e que seja crítica na construção de patrimônios. No caso, uma Arqueologia que tem enquanto propósito entender o fenômeno do capitalismo industrial, ou, simplesmente, uma Arqueologia da Industrialização.

Referências bibliográficas

- BRUNEAU, Philippe; BALUT, Pierre-Yves. *Artistique et Archéologie*. Paris: Presses Universitaires de Paris-Sorbonne, 1997. p. 35-45
- BUCHMAN, Angus. The Development of Industrial Archaeology in Britain. *The Public Historian*, vol. 11, No. 1. University of California Press, 1989. p. 5-16
Disponível em : <<http://www.jstor.org/stable/3378474>> Acesso em: 20 fev. 2012.
- CASELLA, Eleanor. "Social Workers" New Directions in Industrial Archaeology. In: CASELLA; SYMONDS (ed.). *Industrial Archaeology: Future Directions*. New York: Springer, 2005. p. 3-31.
- CERDÀ, M. *Arqueologia industrial: teoría y práctica*. València: Universitat de València, 2009.
- CHOAY, F. A alegoria do patrimônio. (4ª ed.). São Paulo: Unesp, 2006.
- EGAN, Geoff. The Development of Post-Medieval Archaeology in Britain: a historical perspective. In: MAJEWSKI; GAIMSTER. *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer, 2009. p. 549-564.
- FONSECA, F. P. *As águas do passado e os reservatórios do Guaraú, Engordador e Cabuçú: um estudo de Arqueologia Industrial*. Tese (Doutorado em Arqueologia). São Paulo: MAE/USP, 2007.
- FONSECA, F; VILAR, D. Máquinas do passado. *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Ano 6, nº 71, agosto de 2011. p.27-28.
- FUNARI; HALL; JONES. Introduction: archaeology in history. In: FUNARI; HALL; JONES (ed.). *Historical Archaeology: Back from the Edge*. London: Routledge, 1999. p.1-20
- FUNARI, P. P. A. Teoria e métodos na Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *Mneme - revista de humanidades*. Dossiê Arqueologias Brasileiras, v.6, n. 13, 2005. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufrn.br/index.php/mneme/issue/view/32>> Acesso em 14 fev. 2012.
- _____. Os desafios da destruição e da conservação do Patrimônio cultural no Brasil. In: *Arqueologia e Patrimônio*. Erechim: Editora Habilis, 2007. p. 59-70
- GAIMSTER, David. An Embarrassment of Riches? Post-Medieval Archaeology in Northern and Central Europe. In: MAJEWSKY; GAIMSTER (ed.).

- International Handbook of Historical Archaeology*. New York, Springer: 2009. pp. 525-547.
- GOBBI, M. *Design e tecnologia: resgatando ícones de inovação em móveis para escritórios via Arqueologia Industrial*. Dissertação (Mestrado em Design). Porto Alegre: UFRGS, 2011.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, MinC/IPHAN, 1996.
- HUFFMAN, Thomas N. Beyond Data: The Aim and Practice of Archaeology. *The South African Archaeological Bulletin*, Vol. 59, No 180, 2004. p. 66-69.
- JOHNSON, Matthew. Rethinking Historical Archaeology. In: FUNARI; HALL; JONES (ed.). *Historical Archaeology: Back from the Edge*. London: Routledge, 1999. p. 23-36.
- KERN, Arno. Reflexões epistemológicas sobre a arqueologia brasileira. Apresentado na Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, realizada na UFPE em Recife, de 19 a 24 de setembro de 1999.
- KÜHL, Beatriz. Patrimônio industrial: algumas questões em aberto. *Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, Universidade São Judas Tadeu, número 3, primeiro semestre de 2010. p. 23-30. Disponível em: <http://www.usjt.br/arq.urb/numero_03/3arqurb3-beatriz.pdf> Acesso em 30 mar. 2012.
- LIMA, T. A. Arqueologia Histórica no Brasil: balanço bibliográfico (1960 – 1991). *Anais do Museu Paulista Nova Série*, São Paulo, n.1, 1993. p.225-262.
- LIMA, T. A. Os marcos teóricos da arqueologia histórica, suas possibilidades e limites. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, v. XXVIII, n.2, dezembro, 2002a. p.7-23.
- LIMA, T. A. Tecnologia demais, comportamento de menos: o olhar da arqueologia sobre vidros históricos. *Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, MAX/UFS*, n. 2, dez. 2002b. p. 9-31.
- MARTIN, P. E. Industrial Archaeology. In: MAJEWSKI; GAIMSTER (ed.). *International Handbook of Historical Archaeology*. New York: Springer, 2009. p. 285-297.
- MENEZES, Ulpiano. Arqueologia industrial: Avaliação e Perspectivas. In: *Memorian*. São Paulo, Brasil. pp. 220-230.
- NEVELL, M. The Social Archaeology of Industrialization: The Example of Manchester During the 17th and 18th Centuries. In: CASELLA; SYMONDS (ed.).

- Industrial Archaeology: Future Direction*. New York: Springer, 2005. p. 177-240.
- ORSER JR. Charles E. (ed). *Encyclopedia of Historical Archaeology*. London: Routledge, 2002.
- PALMER, Marilyn. Industrial Archaeology: Constructing a Framework of Inference. In: CASELLA; SYMONDS (ed.). *Industrial Archaeology: Future Direction*. New York: Springer, 2005. p. 59-75.
- PALMER, Marilyn e NEAVERSON, Peter. *Industrial archaeology: principles and practice*. London: Routledge, 1998.
- PAULITSCH, Vivian da Silva. *Rheingantz: uma vila operária em Rio Grande - RS*. Dissertação (Mestrado em História da Arte e da Cultura). Campinas: UNICAMP, 2003.
- PEREIRA, Jaqueline. *Arqueologia: onde fica a raiz do poder? Praxis Archaeologica*, n.3, 2008. p.155-159.
- POZZER, G. P. *A antiga estação da Companhia Paulista em Campinas: estrutura simbólica transformadora da cidade (1872-2002)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2007.
- REIS, J. A. "*Não pensa muito que dói*": um palimpsesto sobre teoria na arqueologia brasileira. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004. Campinas: UNICAMP, 2004.
- RODRIGUES, Marly. Arqueologia Industrial, entre o fetiche e a memória. *Revista eletrônica de Arquitetura e Urbanismo*, Universidade São Judas Tadeu, número 3, primeiro semestre de 2010. p. 31-40. Disponível em: <www.usjt.br/arq.urb/numero_03/4arqurb3-marly.pdf> Acesso em 30 mar. 2012.
- SCHWANITZ, Dietrich. *Cultura Geral: tudo o que se deve saber*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009. 2ª ed.
- SHAW, I; JAMESON, R. (ed.). *A Dictionary of Archaeology*. Oxford: Blackwell Publishers, 1999.
- SYMANSKI, L. C. Arqueologia Histórica no Brasil: uma revisão dos últimos vinte anos. In: MORALES; MOI (org.). *Cenários Regionais de uma Arqueologia Plural*. São Paulo: Annablume, 2009. p. 279-310
- SYMONDS, J. Beyond Machines and The History of Technology. In: CASELLA; SYMONDS (ed.). *Industrial Archaeology: Future Direction*. New York: Springer, 2005. p. 33-57.

- THOMAS, J. *Archaeology and modernity*. New York: Routledge, 2004.
- THIESEN, B. V. *Fábrica, Identidade e Paisagem Urbana: Arqueologia da Bopp Irmãos (1906-1924)*. Tese (Doutorado Internacional em Arqueologia). Porto Alegre: PUCRS, 2005.
- THIESEN, B. V. Arqueologia Industrial ou arqueologia da industrialização? Mais que uma questão de abrangência. *Revista do Patrimônio*. IPHAN. n. 4 – mar./abr. de 2006. Disponível em: <<http://www.lajor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=161>> Acesso em: 30 jan. 2012.
- TRIGGER, B. G. *História do Pensamento Arqueológico*. São Paulo: Odysseus Editora, 2011. Ed.2
- VICHNEWSKI, H. T. *As indústrias Matarazzo no interior paulista: arquitetura fabril e patrimônio industrial (1920-1960)*. Dissertação (Mestrado em História). Campinas: UNICAMP, 2004.
- VILAR, D. D. *Água aos cântaros: os reservatórios da cantareira: um estudo de Arqueologia Industrial*. Tese (Doutorado em Arqueologia), MAE/USP, São Paulo, 2007.